

CIBRAFÉRTIL - COMPANHIA BRASILEIRA DE  
FERTILIZANTES

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
Em 31 de dezembro de 2025

# CIBRAFÉRTIL - COMPANHIA BRASILEIRA DE FERTILIZANTES

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
Em 31 de dezembro de 2025

## Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Balancos patrimoniais individuais e consolidados

Demonstrações do resultado individual e consolidado

Demonstrações do resultado abrangente individual e consolidado

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individual e consolidado

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidados

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos  
Acionistas e Administradores da  
Cibrafétil - Companhia Brasileira de Fertilizantes  
Camaçari - BA

### Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Cibrafétil - Companhia Brasileira de Fertilizantes ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem os balanços patrimoniais, individuais e consolidados, em 31 de dezembro de 2025, e as respectivas demonstrações, individuais e consolidadas, do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Cibrafétil - Companhia Brasileira de Fertilizantes em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado, de suas operações e os seus fluxos de caixa, individuais e consolidados, para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

### Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Ênfase

#### Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 3 às demonstrações contábeis, as divulgações e valores correspondentes às demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram alteradas e estão sendo reapresentadas para melhorar a comparabilidade das demonstrações contábeis da Companhia. Nossa opinião não contém modificação relacionada a este assunto.

### Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, como um todo, e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

#### Principal assunto de auditoria - transações com partes relacionadas

Conforme apresentado na Nota Explicativa nº 17, a Companhia transaciona com partes relacionadas em transações relevantes de compra e venda de produtos e/ou matérias primas. Este tema foi considerado um principal assunto em nossa auditoria pois:

- (i) Trata-se de transações com parte relacionada sob controle comum; e
- (ii) Nas normas contábeis em vigor não há determinação ou guia específico para contabilização de transações entre entidades sob controle comum.

#### Principal assunto de auditoria - contratos futuros

Para reduzir o risco das oscilações de preços mercado dos seus produtos, o Grupo realiza o monitoramento diário do total de sua exposição por tipo de fertilizante e realiza operações nos mercados futuros para minimizar a posição líquida de estoques de commodities, resultante da posição física dos compromissos futuros de compras e vendas. Estes produtos são facilmente negociáveis e possuem preços cotados no mercado ativo que são divulgados regularmente por agentes de mercado.

Devido à complexidade da valorização dos contratos e constantes oscilações de preços dos produtos, consideramos esse assunto como relevante para nossa auditoria.

#### Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram:

- (i) A avaliação do desenho das atividades de controles internos relacionadas a transações com partes relacionadas e divulgação;
- (ii) Entendimento dos critérios e premissas adotadas pela Administração e verificação dos preços praticados com fornecedores e clientes comuns e preços praticados com partes relacionadas;
- (iii) Selecionamos transações de compras e vendas no exercício, com base em amostragem estatística, e confrontamos com a respectiva documentação suporte para verificar se representavam registros válidos e condizentes com as condições de mercado.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que o reconhecimento das transações com partes relacionadas e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

#### Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram:

- (i) A obtenção do entendimento sobre o fluxo de mensuração e registro das operações de contratos futuros;
- (ii) O entendimento sobre os principais controles internos utilizados pela Administração para prevenir ou detectar distorções no processo de reconhecimento dos contratos futuros;
- (iii) Exame de transações de compras e vendas futuras e confronto com a documentação suporte;
- (iv) Confirmação das taxas PTAX do dia de compra e venda, e da data-base de 31 de dezembro de 2025;
- (v) Avaliação das divulgações em notas explicativas

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Companhia para mensuração, reconhecimento e divulgação realizadas estão razoáveis no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

## Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e a sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manter em continuidade operacional;



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Salvador, 23 de março de 2026.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.  
CRC 2 BA 007894/F

*Antomar de Oliveira Rios*

Antomar de Oliveira Rios  
Contador CRC 1 BA 017715/O-5

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO E 2025 E 2024  
(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024 (Reapresentado)	31/12/2025	31/12/2024 (Reapresentado)			31/12/2025	31/12/2024 (Reapresentado)	31/12/2025	31/12/2024 (Reapresentado)
ATIVO CIRCULANTE						PASSIVO CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4	88.939	71.498	164.737	93.732	Fornecedores	14	391.882	278.605	452.127	352.351
Contas a receber de clientes	5	145.385	257.781	289.265	585.129	Empréstimos e financiamentos	15	591.471	756.925	741.414	825.247
Contratos futuros	6	264.967	154.448	295.991	172.902	Contratos futuros	6	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	25.5	-	40.872	-	67.695	Instrumentos financeiros derivativos	25.5	894	-	2.175	-
Estoques	7	696.827	968.510	1.176.360	1.599.782	Salários, provisões e encargos sociais		17.459	20.239	19.606	22.640
Tributos a recuperar	8	186.521	159.150	360.315	313.719	Impostos e contribuições a recolher		8.790	2.756	11.503	3.513
Outros créditos		54.291	20.455	81.198	31.670	Dividendos a pagar		825	825	825	825
Total do ativo circulante		<u>1.436.930</u>	<u>1.672.714</u>	<u>2.367.866</u>	<u>2.864.629</u>	Adiantamentos de clientes	20	278.222	402.355	467.605	560.267
Ativo mantido para venda	11	31.401	-	182.174	-	Arrendamento mercantil	16	-	-	441	-
						Outras contas a pagar		8.353	8.564	10.699	10.665
						Total do passivo circulante		<u>1.297.896</u>	<u>1.470.269</u>	<u>1.706.395</u>	<u>1.775.508</u>
ATIVO NÃO CIRCULANTE						PASSIVO NÃO CIRCULANTE					
Aplicações financeiras	4	66.559	26.375	84.276	26.375	Fornecedores	14	-	-	-	-
Contas a receber de clientes	5	38.720	10.089	38.995	10.091	Empréstimos e financiamentos	15	266.073	429.952	266.073	429.952
Partes relacionadas	18	4.451	51.308	4.451	2.026	Partes relacionadas	18	789.153	277.631	1.842.832	1.659.356
Tributos a recuperar	8	56.781	54.245	104.315	73.583	Arrendamento mercantil	16	-	-	1.817	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	202.753	74.271	309.462	190.987	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	19	1.679	41.503	3.741	65.986
Depósitos judiciais	18	928	817	1.012	857	Total do passivo não circulante		<u>1.056.905</u>	<u>749.086</u>	<u>2.114.463</u>	<u>2.155.294</u>
Outros créditos		726	881	3.560	3.710						
Investimento em controlada	9	341.695	294.148	-	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	21				
Propriedade para investimento	10	-	1.624	-	1.624	Capital social		304.906	304.906	304.906	304.906
Ativo de direitos de uso	16	-	-	2.109	-	Ajustes de avaliação patrimonial		7.795	8.036	7.795	8.036
Imobilizado	12	416.396	472.194	776.546	1.006.068	Prejuízos acumulados		(48.699)	137.982	(48.699)	137.982
Intangível	13	21.463	11.613	210.094	201.776	Total do patrimônio líquido		<u>264.002</u>	<u>450.924</u>	<u>264.002</u>	<u>450.924</u>
Total do ativo não circulante		<u>1.150.472</u>	<u>997.565</u>	<u>1.534.820</u>	<u>1.517.097</u>	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>2.618.803</u>	<u>2.670.279</u>	<u>4.084.860</u>	<u>4.381.726</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>2.618.803</u>	<u>2.670.279</u>	<u>4.084.860</u>	<u>4.381.726</u>						

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais - R\$ - exceto o resultado básico e diluído por ação - em reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024 (Reapresentado)	31/12/2025	31/12/2024 (Reapresentado)
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	22	5.179.090	4.452.083	8.288.694	6.962.888
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS	23	(4.879.189)	(3.989.063)	(7.778.354)	(6.335.412)
LUCRO BRUTO		299.901	463.020	510.340	627.476
RECEITAS (DESPESAS)					
Despesas comerciais	23	(49.622)	(50.058)	(78.521)	(54.935)
Despesas gerais e administrativas	23	(54.100)	(34.832)	(88.583)	(88.252)
Honorários da Administração	18 e 23	(15.059)	(10.784)	(15.059)	(10.784)
Outras receitas (despesas), líquidas	23	(29.488)	(37.242)	(16.186)	(12.363)
Resultado de equivalência patrimonial	9	47.548	(49.865)	-	-
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		199.180	280.239	311.991	461.142
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras	24	104.808	80.027	158.659	116.356
Despesas financeiras	24	(411.976)	(400.270)	(571.717)	(488.570)
Variação cambial	24	(207.416)	100.583	(198.064)	(55.063)
Total do resultado financeiro		(514.584)	(219.660)	(611.122)	(427.277)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(315.404)	60.579	(299.131)	33.865
Imposto de renda e contribuição social:					
Corrente	17	-	-	(6.266)	6.146
Diferido	17	128.482	(29.605)	118.475	(9.037)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		(186.922)	30.974	(186.922)	30.974
Resultado por ação - básico e diluído (em R\$)		(76,40)	12,66		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

CIBRAFÉRTIL - COMPANHIA BRASILEIRA DE FERTILIZANTES E CONTROLADA

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO E 2025 E 2024  
(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024 (Reapresentado)	31/12/2025	31/12/2024 (Reapresentado)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	(186.922)	30.974	(186.922)	30.974
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>(186.922)</u>	<u>30.974</u>	<u>(186.922)</u>	<u>30.974</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONTROLADORA E CONSOLIDADO)  
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024  
 (Em milhares de reais - R\$)

	Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial	Reserva de lucros		Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de lucros (Incentivos fiscais)		
Saldos em 31 de dezembro de 2023	304.906	8.283	5.338	101.423	-	419.950
Realização do custo atribuído ("deemed cost"), líquido de impostos	-	(247)	-	-	247	-
Lucro líquido do exercício (Reapresentado)	-	-	-	-	30.974	30.974
Constituição de reserva legal	-	-	1.549	-	(1.549)	-
Constituição de reserva de incentivos fiscais	-	-	-	29.672	(29.672)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024 (Reapresentado)	<u>304.906</u>	<u>8.036</u>	<u>6.887</u>	<u>131.095</u>	<u>-</u>	<u>450.924</u>
Realização do custo atribuído ("deemed cost"), líquido de impostos	-	(241)	-	-	241	-
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(186.922)	(186.922)
Reversão de reserva para absorção do prejuízo do exercício	-	-	(6.887)	(131.095)	137.982	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	<u>304.906</u>	<u>7.795</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(48.699)</u>	<u>264.002</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024  
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024 (Reapresentado)	31/12/2025	31/12/2024 (Reapresentado)
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>					
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício		(186.922)	30.974	(186.922)	30.974
Ajustes para conciliar o lucro líquido (prejuízo) do exercício com o caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:					
Depreciação e amortização	12 e 13	41.657	37.532	69.949	58.263
Valor justo dos estoques e dos compromissos	23	(44.598)	(97.972)	(9.980)	(137.185)
Amortização de direitos de uso	16	-	-	527	554
Amortização de mais valia de ativos identificados em combinação de negócios	9 e 23	1.880	21.747	4.030	21.747
Amortização dos custos de captação	15	2.745	2.139	2.879	2.139
Resultado de equivalência patrimonial	9	(49.427)	49.865	-	-
Ajuste a valor presente, líquido		(700)	1.154	(4.408)	6.264
Juros e variações monetárias sobre partes relacionadas	18	(48.881)	46.959	(158.741)	225.218
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	15	157.888	141.224	170.096	142.758
Juros incidentes sobre arrendamento mercantil	16 e 24	-	-	384	46
Variação no valor justo de instrumentos financeiros derivativos	23 e 25.5	(163.418)	17.285	(237.739)	37.359
Resultado na baixa de ativo imobilizado e direito de uso		489	986	1.379	36.947
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	(128.482)	29.605	(118.475)	9.037
Constituição (reversão) de perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa	5 e 23	28.495	6.675	42.960	11.551
Perdas esperadas em ativo mantido para venda		-	-	3.124	-
Constituição (reversão) para perda de outros ativos		-	19.384	-	19.384
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	19	(39.824)	1.308	(62.245)	887
Outros		(1.690)	(1.054)	(1.939)	(1.055)
<b>Aumento (redução) nos ativos e passivos operacionais:</b>					
Contas a receber de clientes		55.970	(85.950)	228.407	(318.937)
Estoques		194.779	(125.037)	300.018	(293.299)
Tributos a recuperar		(9.846)	(16.690)	(39.953)	(67.001)
Depósitos judiciais		(111)	(651)	(155)	(213)
Outros créditos		(33.681)	11.848	(49.378)	20.912
Fornecedores		125.336	95.197	111.801	68.418
Salários, provisões e encargos sociais		(2.779)	927	(3.034)	628
Impostos e contribuições a recolher		6.034	(3.710)	7.990	58
Adiantamentos de clientes		(123.743)	42.893	(91.534)	129.106
Contas a receber (pagar) de Partes relacionadas		605.794	(126.342)	336.935	248.585
Outras contas a pagar		(211)	6.110	34	7.766
Juros pagos		(149.884)	(106.347)	(158.767)	(110.621)
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>		<b>236.870</b>	<b>59</b>	<b>157.243</b>	<b>150.290</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>					
Adições ao ativo imobilizado	12	(32.034)	(63.706)	(61.064)	(192.317)
Adições ao intangível	13	(14.002)	(9.540)	(14.138)	(9.614)
Investimento em controladas		-	-	-	-
Aplicações financeiras		(38.495)	(27.594)	(55.962)	(27.594)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>		<b>(84.531)</b>	<b>(100.840)</b>	<b>(131.164)</b>	<b>(229.525)</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>					
Instrumentos financeiros derivativos liquidados	25.5	205.184	(71.318)	307.608	(135.488)
Captação de empréstimos e financiamentos	15	405.132	905.279	556.794	972.267
Amortização de empréstimos e financiamentos	15	(745.214)	(833.591)	(818.714)	(893.718)
Pagamento de arrendamento mercantil		-	-	(762)	(762)
<b>Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento</b>		<b>(134.898)</b>	<b>370</b>	<b>44.926</b>	<b>(57.701)</b>
<b>AUMENTO (REDUÇÃO LÍQUIDA) NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<b>17.441</b>	<b>(100.411)</b>	<b>71.005</b>	<b>(136.936)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	71.498	171.909	93.732	230.668
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	4	88.939	71.498	164.737	93.732
<b>AUMENTO (REDUÇÃO LÍQUIDA) NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<b>17.441</b>	<b>(100.411)</b>	<b>71.005</b>	<b>(136.936)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## CIBRAFÉRTIL - COMPANHIA BRASILEIRA DE FERTILIZANTES

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

---

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

Constituída como uma sociedade por ações de capital fechado, a Cibrafertil - Companhia Brasileira de Fertilizantes ("Companhia" ou "Grupo") está localizada no COPEC (Complexo Petroquímico de Camaçari), município de Camaçari, estado da Bahia, e tem por objeto social a produção, mistura e industrialização de fertilizantes e corretivos químicos, importação e exportação de fertilizantes e corretivos químicos, desenvolvimento de atividades de mineração em todo o território nacional, além da participação em outras sociedades como sócia, cotista ou acionista.

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, apresentadas são relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e abrangem a Companhia e sua subsidiária integral Agro Industrial São Luiz Ltda. ("Investida", "Controlada" ou "Agro Industrial").

A Agro Industrial São Luiz Ltda. é uma sociedade por cotas de responsabilidade limitada, cujo principal objetivo é a comercialização, mistura e industrialização de fertilizantes e corretivos químicos, importação e exportação de fertilizantes e corretivos químicos. As formulações dos seus compostos variam dependendo da necessidade de cada cliente, região e cultura. Suas atividades preponderantes consistem na mistura e comercialização de fertilizantes minerais ou químicos e na prestação de serviços de transporte.

#### 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS E RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

##### 2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e também com as normas internacionais de relatório financeiro ("*International Financial Reporting Standards* - IFRS") emitidas pelo "*International Accounting Standards Board* - IASB".

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuível aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRSs, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRSs, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

##### 2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras, foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos instrumentos financeiros derivativos e estoques de fertilizantes, os quais são mensurados pelo valor justo.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Empresa leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração.

### 2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e de sua controlada. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### 2.4. Moeda estrangeira

Na elaboração das demonstrações financeiras de cada empresa do Grupo, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional de cada empresa, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No fim de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são novamente convertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os itens não monetários registrados pelo valor justo apurado em moeda estrangeira são novamente convertidos pelas taxas vigentes na data em que o valor justo foi determinado.

### 2.5. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não entraram em vigor em 31 de dezembro de 2025

Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia e sua controlada, a saber:

- a) Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 – classificação e mensuração de instrumentos financeiros e contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026;
- b) Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 – podem afetar significativamente como as entidades contabilizam o desreconhecimento de passivos financeiros e como os ativos financeiros são classificados quando estes utilizam sistemas de transferência eletrônica para liquidação - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026;
- c) IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras.

A nova norma, que foi emitida pelo IASB em abril de 2024, substitui a IAS 1/CPC 26 R1 e resultará em grandes alterações às Normas Contábeis IFRS, incluindo a IAS 8 Base de Preparação de Demonstrações Financeiras (renomeada de Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros). Embora a IFRS 18 não tenha qualquer efeito sobre o reconhecimento e a mensuração de itens nas demonstrações financeiras consolidadas, espera-se que tenha um efeito significativo na apresentação e divulgação de determinados itens.

Essas mudanças incluem categorização e subtotais na demonstração do resultado, agregação/desagregação e rotulagem de informações e divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração.

d) Alterações na IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações - permite que as subsidiárias elegíveis apliquem as Normas Contábeis em IFRS com os requisitos de divulgação reduzidos da IFRS 19 - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027.

## 2.6. Impactos da Reforma tributária

A Emenda Constitucional nº 132/2023, promulgada em 20 de dezembro de 2023, promoveu a reforma do sistema de tributação sobre o consumo no Brasil, conhecida como "Reforma Tributária". O novo sistema composto por dois tributos (IBS e CBS) sucederá cinco tributos atuais (PIS, COFINS, ICMS, ISS e IPI).

Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar (LC) nº 214/2025, que regulamentou e operacionalizou os novos tributos sobre o consumo, notadamente o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), detalhando fatos geradores, bases de cálculo, regimes e governança (inclusive o Comitê Gestor do IBS).

Principais Substitutos e Mudanças:

- CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços): Contribuição de âmbito Federal que substituirá o PIS e COFINS. Vigência a partir de 2027, com período de teste durante 2026, ocasião em que será destacado percentual nos documentos fiscais;
- IBS (Imposto sobre Bens e Serviços): Imposto de âmbito estadual e municipal que substituirá o ICMS e ISS. Vigência gradual a partir de 2027 com implementação plena a partir de 2033;
- Imposto Seletivo (IS): Novo Tributo que tem como foco desestimular o consumo de itens prejudiciais à saúde e ao meio ambiente (cigarros, bebidas alcoólicas, carros poluentes). A vigência do IS será a partir de 2027; e,
- Manutenção Restrita do IPI: O IPI inicialmente não será totalmente extinto, continuando a incidir de forma restrita sobre produtos industrializados na Zona Franca de Manaus. A partir de 2033, esse imposto será extinto.

Redução de incentivos e benefícios fiscais (LC 224/2025)

A Lei Complementar nº 224/2025, de 26 de dezembro de 2025, dispõe sobre a redução e critérios de concessão de incentivos e benefícios de natureza tributária, financeira ou creditícia, concedidos exclusivamente pela União Federal e aplicáveis ao IRPJ, CSSL, PIS, COFINS, IPI, II e Contribuição Previdência Patronal. De modo sucinto as alterações mais relevantes foram:

- Critérios mais restritivos para concessão, ampliação e prorrogação de benefícios e incentivos; e
- Redução linear de 10% dos benefícios fiscais;

A Companhia avaliou os possíveis impactos da LC 214/2025 e LC 224/2025 para a data-base de 31 de dezembro de 2025 e não identificou impactos nas suas principais premissas conforme divulgado nas notas explicativas, visto que a vigência dessas normas surtirá efeitos a partir do ano de 2026.

A Companhia atendeu aos testes em ambiente de homologação e produção para destaque do IBS e CBS nos documentos fiscais a serem emitidos a partir de 2026.

A Companhia mantém controle dos termos de benefícios fiscais e têm ciência de que deverão ser informados em ambiente e-Cac para comprovação de sua onerosidade e, futuramente, elegíveis para recebimento de recursos do Fundo de Compensação.

A Companhia tem IR Diferido ativo de prejuízo fiscal e diferenças temporárias cujas premissas terão impacto das alterações trazidas pela LC 214/2025 e LC 224/2025 nas projeções para teste de realização dos referidos ativos.

A Companhia não espera alterações no seu modelo de negócios em resposta aos impactos da LC 215/2025 e LC 224/2025 que requeressem uma mudança na forma esperada de utilização de seus ativos fixos e investimentos, embora esperar impactos na geração de caixa e lucros futuros

## 2.7. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas apresentadas

Na aplicação das políticas contábeis materiais da Companhia e de sua controlada, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas efetuadas pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis materiais da Companhia e que mais afetam os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

- (i) Redução ao valor recuperável dos ativos: a Companhia anualmente efetua o teste de recuperação de seus ativos imobilizado, intangível e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, ou ainda sempre que houver qualquer evidência interna ou externa que o ativo possa apresentar perda do valor recuperável. O valor recuperável dos ativos foi determinado por meio de cálculo baseado no valor em uso a partir de projeções de caixa para o período de 10 anos.
- (ii) Vida útil e valor residual dos bens do imobilizado e intangível: a Companhia e sua controlada revisam anualmente a vida útil e o valor residual estimado dos bens do ativo imobilizado e intangível com vida útil definida, sendo que as taxas de depreciação e amortização atualmente utilizadas são julgadas adequadas para refletir as vidas úteis deles.
- (iii) Perda esperada em créditos de liquidação duvidosa: referidas perdas esperadas são constituídas com base no julgamento da Administração e em valores suficientes para cobrir perdas futuras estimadas no recebimento de clientes.
- (iv) Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas: a avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos consultores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.
- (v) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos: são reconhecidos até o limite dos lucros tributáveis futuros, cuja estimativa realizada pela Administração leva em consideração, aumento no volume de vendas de fertilizantes, premissas de mercado tais como taxa de juros, câmbio, crescimento econômico, entre outras.

(vi) Avaliação dos instrumentos financeiros: a nota explicativa nº 25 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo dos instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas. A Administração acredita que as técnicas de avaliação selecionadas e as premissas utilizadas são adequadas para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.

## 2.8. Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas utilizando informações da Companhia e de sua controlada na mesma data-base, bem como, políticas e práticas contábeis consistentes.

A Empresa controlada é consolidada a partir da data em que o controle é obtido até a data em que esse controle deixa de existir.

No processo de consolidação, os saldos das contas patrimoniais e das contas de resultado correspondentes a transações realizadas com a controlada são eliminados, bem como, os ganhos e perdas não realizados e os investimentos nessa controlada e seus respectivos resultados de equivalência patrimonial.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora os investimentos em controladas são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação.

## 2.9. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Companhia assume direitos contratuais de receber caixa ou outros ativos financeiros de contratos a qual é parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber caixa atrelados ao ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente os riscos e benefícios para terceiros. Ativos e passivos são reconhecidos quando direitos e/ou obrigações são retidos na transferência pela Companhia.

Passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia assume obrigações contratuais para liquidação em caixa ou na assunção de obrigações de terceiros através de um contrato a qual é parte. Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo e são desreconhecidos quando são quitados, extintos ou expirados.

Os instrumentos financeiros que posteriormente ao reconhecimento inicial venham a ser mensurados pelo custo amortizado são mensurados através da taxa efetiva de juros. As receitas e despesas de juros, a variação monetária e a variação cambial, deduzidas das estimativas de perda por não recebimento de ativos financeiros, são reconhecidas quando incorridas na demonstração de resultado do exercício como "Resultado financeiro".

Ativos e passivos financeiros somente são apresentados pelos seus valores líquidos se a Companhia detiver o direito incondicional de compensar tais valores ou liquidá-los simultaneamente, bem como ter a intenção de fazê-lo.

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a Companhia e sua controlada mantinha os seguintes itens nas classificações de instrumentos financeiros:

- Custo amortizado: contas a receber, partes relacionadas, fornecedores e adiantamentos de clientes.
- Valor justo por meio de resultado: instrumentos financeiros derivativos, contratos futuros e caixa e equivalentes de caixa.

A Companhia e sua controlada avaliam mensalmente as estimativas por perda pela não realização de ativos financeiros. Uma estimativa por perda é reconhecida quando há evidências objetivas que a Companhia não conseguirá receber todos os montantes a vencer ou vencidos.

### Derivativos

A Companhia e sua controlada detém instrumentos financeiros derivativos para se proteger de riscos relativos a variações de moedas estrangeiras. A Companhia e sua controlada não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, bem como não realiza operações envolvendo os chamados "derivativos exóticos".

Como gestão da sua política de proteção, a Companhia e sua controlada utiliza instrumentos financeiros derivativos ("Non-Deliverable Forward - NDFs" e "swaps" cambiais) com o objetivo das obrigações com fornecedores estrangeiros e dos empréstimos e financiamentos denominados em moeda estrangeira, e, para tanto, contrata operações nos mercados futuros para proteção das oscilações no valor justo das operações realizadas em moeda estrangeira.

O objetivo das operações envolvendo derivativos está sempre relacionado à operação da Companhia e/ou associada à mitigação dos riscos de mercado, identificados em nossas políticas e diretrizes e, também, com o gerenciamento da volatilidade dos fluxos financeiros. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas "versus" as condições vigentes no mercado.

Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia e de sua controlada. Todos os ganhos ou perdas decorrentes de instrumentos financeiros derivativos estão reconhecidos pelo seu valor justo e seus custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado.

#### 2.10. Caixa e equivalentes de caixa

São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e por aplicações financeiras cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com vencimento em até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

#### 2.11. Contas a receber de clientes

Representadas pelos respectivos valores de realização, podendo incluir, caso seja necessário, a perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa, cujo cálculo é baseado em estimativa suficiente para cobrir prováveis perdas na realização das contas a receber, conforme método de alocação exigido de acordo com o pronunciamento técnico CPC 48. As perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável, é constituída com base no histórico de perdas, em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa.

## 2.12. Estoques e contratos futuros

Os estoques de fertilizantes (*commodities*) comercializados pela Companhia e sua controlada são avaliados pelo valor justo. Para reduzir o risco de preços causados pelas oscilações do mercado, e conforme Política de Risco do Grupo, a Companhia realiza o monitoramento diário do total de sua exposição por tipo de fertilizante e, eventualmente, o Grupo realiza operações com futuros para minimizar a posição líquida de estoques de *commodities*, resultante da posição física dos compromissos futuros de compras e vendas. Alterações no valor justo desses estoques são reconhecidas no resultado como um componente do custo dos produtos vendidos. Estes produtos são facilmente negociáveis e possuem preços cotados no mercado ativo que são divulgados regularmente por agentes de mercado.

Ganhos não realizados nos compromissos de compras e vendas de fertilizantes, contratos de futuros, representam o valor justo desses instrumentos e são classificados no balanço da Companhia como recebíveis. Perdas não realizadas nos compromissos de compras e vendas de fertilizantes, contratos de futuros, representam o valor justo desses instrumentos e são classificados no balanço da Empresa como contas a pagar.

O estoque de fertilizantes industrializados pela Companhia e os demais estoques são avaliados com base no custo histórico de aquisição e produção, acrescido de gastos relativos a transportes, transformação, armazenagem, impostos não recuperáveis e outros custos incorridos para trazer os estoques às localidades e condições de venda. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação com base na capacidade operacional normal.

Os valores desses estoques contabilizados não excedem ao seu valor realizável líquido de mercado. O valor realizável líquido de mercado é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

## 2.13. Propriedade para investimento

O saldo apresentado no grupo de "propriedade para investimento" está valorizado pelo custo de aquisição dos investimentos realizados em terras pela Companhia.

A propriedade para investimento é baixada após a alienação ou quando esta é permanentemente retirada de uso e não há benefícios econômicos futuros resultantes da alienação. Qualquer ganho ou perda resultante da baixa do terreno (calculado como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo) é reconhecido no resultado do período em que o imóvel é baixado.

## 2.14. Imobilizado

Registrado ao custo histórico de aquisição, construção e custo atribuído (para os bens adquiridos até 2009), incluindo encargos financeiros incorridos sobre imobilizações em andamento, bem como gastos com manutenções relevantes, à medida que seja provável que benefícios econômicos futuros associados a esses gastos sejam auferidos pela Companhia e sua controlada.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do item) são reconhecidos em "Outras receitas (despesas), líquidas" no resultado.

As depreciações acumuladas são computadas no resultado do exercício pelo método linear, às taxas mencionadas a seguir, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens e o seu valor de recuperação.

<u>Natureza do ativo</u>	<u>Vida útil em anos</u>
Edificações	25
Instalações	10
Máquinas e equipamentos	10
Móveis e utensílios	10
Veículos	5

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outros ganhos (perdas), líquidos" na demonstração do resultado.

#### 2.15. Direito de uso e arrendamento mercantil

A Companhia avalia se uma operação é ou contém um arrendamento no início do contrato. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e correspondente passivo de arrendamento com relação a todos os contratos de arrendamento nos quais o Grupo seja o arrendatário, exceto arrendamentos de curto prazo (definidos como arrendamentos com prazo de arrendamento de no máximo 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor. Para esses arrendamentos, o Grupo reconhece os pagamentos de arrendamento operacional como despesa operacional pelo método linear pelo período do arrendamento.

O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento que não são pagos na data de início, descontados aplicando-se a taxa implícita no arrendamento ou pela sua taxa incremental de captação, quando a primeira não puder ser prontamente determinada.

O passivo de arrendamento é subsequentemente mensurado aumentando o valor contábil para refletir os juros sobre o passivo de arrendamento (usando o método da taxa de juros efetiva) e reduzindo o valor contábil para refletir o pagamento de arrendamento realizado.

Os ativos de direito de uso incluem a mensuração inicial do passivo de arrendamento correspondente e os pagamentos de arrendamento efetuados na ou antes da data de início, deduzidos de eventuais incentivos de arrendamento recebidos e eventuais custos diretos iniciais. Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo deduzido da depreciação acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

Os ativos de direito de uso são depreciados durante o período de arrendamento e a vida útil do ativo de direito de uso, qual for o menor. Se o arrendamento transferir a titularidade do correspondente ativo ou o custo do ativo de direito de uso refletir que o Grupo espera exercer uma opção de compra de ações, o correspondente ativo de direito de uso é depreciado durante a vida útil do correspondente ativo. A depreciação começa na data de início do arrendamento.

#### 2.16. Ativo intangível

Estão demonstrados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicáveis. Os ativos intangíveis que têm vida útil definida possuem amortização calculada pelo método linear, com base em taxas determinadas com base na vida útil estimada dos ativos, conforme descrito na nota explicativa nº 13.

Os ativos intangíveis que não possuem vida útil definida são representados pelo ágio por rentabilidade futura os quais não sofrem amortizações e são testados no mínimo anualmente por redução ao valor recuperável.

#### 2.17. Redução ao valor recuperável dos ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido de seus principais ativos não financeiros, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas e operacionais, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando essas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para redução ao valor recuperável, ajustando-se o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ainda não disponíveis para uso são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável, pelo menos, uma vez ao ano e sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável.

#### 2.18. Demais ativos

Os demais ativos são demonstrados aos valores de custo ou de realização, dos dois o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, as variações monetárias e cambiais incorridas ou deduzidos de provisão para perda e, se aplicável, ajuste a valor presente.

#### 2.19. Fornecedores

Correspondem às obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subseqüentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. São normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

#### 2.20. Empréstimos e financiamentos

São inicialmente reconhecidos pelo valor da transação (ou seja, pelo valor recebido do banco, incluindo os custos da transação) e, subseqüentemente, demonstrados pelo custo amortizado.

As despesas com juros são reconhecidas com base no método da taxa de juros efetiva ao longo do prazo do empréstimo de tal forma que, na data do vencimento, o saldo contábil corresponda ao valor devido. Os juros são incluídos em despesas financeiras.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivos circulantes, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

#### 2.21. Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas

As provisões para riscos são constituídas para os riscos que possuam valores estimáveis, nos quais a probabilidade de que uma obrigação exista é considerada mais provável do que não, com base na opinião dos administradores e consultores jurídicos internos e externos, e os valores são registrados com base nas estimativas dos resultados dos desfechos dos processos (ver nota explicativa nº 19).

## 2.22. Demais passivos

Os demais passivos são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos quando aplicável, dos correspondentes encargos, e variações monetárias e cambiais incorridas. Quando aplicável, os demais passivos são registrados a valor presente, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

## 2.23. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os saldos de clientes (venda de fertilizantes) e de partes relacionadas (importações de matéria-prima) foram calculados considerando o prazo de vencimento das faturas utilizando, para o saldo de clientes e partes relacionadas, a taxa de juros Certificado de Depósitos Interbancários – CDI. A taxa utilizada pela Companhia é compatível com a natureza, prazo e riscos de transações similares em condições de mercado.

## 2.24. Reconhecimento de receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais concedidos ao comprador e outras deduções similares, se houver.

### Vendas de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições forem satisfeitas:

- A Companhia transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos.
- A Companhia não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos.
- O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade.
- É provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia.
- Os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

Mais especificamente, a receita de venda dos produtos é reconhecida quando os produtos são entregues e a propriedade legal é transferida.

## 2.25. Subvenções governamentais

As subvenções governamentais são reconhecidas quando existe segurança razoável de que a Companhia irá atender às condições relacionadas e que as subvenções serão recebidas. São reconhecidas sistematicamente no resultado durante os períodos nos quais a Companhia reconhece como despesas os correspondentes custos que as subvenções pretendem compensar.

### Âmbito estadual

O Convênio ICMS nº 26/21 consolidou a reforma do benefício fiscal previsto no Convênio nº 100/97. O cronograma de escalonamento das alíquotas aplicáveis aos fertilizantes, iniciado em 2022, encerrou sua transição, estabelecendo uma carga tributária uniforme para o setor a partir de 1º de janeiro de 2025.

Dessa forma, as operações internas, importações e operações interestaduais passaram a ter uma carga tributária unificada de 4%, equalizando o tratamento tributário nacional para o setor de fertilizantes.

Entretanto, o Estado de Santa Catarina, não signatário do Conv. ICMS nº 26/21, manteve inalterado o tratamento tributário ao setor. No Estado as operações internas e importação gozam do benefício de Isenção e as operações interestaduais possuem redução de base de cálculo de 30%, resultando, neste caso, em uma carga tributária superior aos demais Estados.

No Estado da Bahia, a Companhia possui unidades fabris em Camaçari e Candeias e um depósito fechado em Luís Eduardo Magalhães. O Estado possui o Programa DESENVOLVE que concede desconto de até 90% do saldo devedor mensal do ICMS originado das operações por ele beneficiadas. Para a unidade de Candeias o benefício se encerra em 31 de dezembro de 2027. A unidade de Camaçari renovou o benefício com prazo de fruição até 31 de dezembro de 2032.

A unidade localizada no município de Rio Grande/RS, mantém saldo credor de ICMS homologando mensalmente, sendo utilizado para compensação do ICMS-Importação.

No Mato Grosso, a Companhia possui unidades em Rondonópolis e Sinop, que se beneficiam do Diferimento do ICMS nas operações internas. Para usufruir desse benefício, é necessário que as unidades deixem de apropriar os créditos referentes às compras realizadas.

A unidade de São Luís - MA possui o benefício Mais Empresas, que concede crédito presumido de 75% sobre o saldo devedor mensal apurado.

#### Âmbito federal

A Companhia goza de benefício da redução de 75% do imposto de renda sobre o lucro da exploração, obtidos junto à Superintendência Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE para a unidade de Candeias, até 31/12/2034, para unidade de Camaçari até 31/12/2033 e para a unidade de São Luís, com vencimento em 31/12/2034. Junto à Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM para a unidade de Sinop-MT, até 31/12/2033.

Esse benefício é registrado como receita no resultado durante o período necessário para confrontar a despesa que a subvenção governamental pretende compensar e, posteriormente, são destinadas à reserva de lucros.

## 2.26. Tributação

### Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base no lucro tributável do exercício, com elaboração de balanço anual ajustado pelas adições e exclusões admitidas, quando necessário, de acordo com a legislação tributária brasileira, às alíquotas de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 mil para o imposto de renda e 9% para a contribuição social, e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

Os tributos diferidos foram reconhecidos e gerados pelas diferenças temporárias e prejuízo fiscal existentes, tendo sido considerada a capacidade de sua realização. Os tributos relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também foram reconhecidos diretamente no patrimônio líquido e não no resultado.

#### PIS e COFINS

A Companhia apura o PIS e a COFINS pelo regime não cumulativo. Contudo, as receitas de venda não são tributadas, pois na venda de fertilizantes e seus insumos a alíquota está reduzida a zero, conforme o art. 1º, I da Lei nº 10.925/04 e do Decreto nº 5.630/05.

A Companhia, além de ter receitas com a incidência de alíquotas de PIS e COFINS reduzidas a zero, também possui outras receitas, tributadas pelo regime não cumulativo pelas alíquotas vigentes que montam em uma alíquota combinada de 9,25%.

Adicionalmente, as receitas financeiras auferidas pela Companhia e sua controlada, estão sujeitas à incidência do PIS e da COFINS às alíquotas de 0,65% e 4,00% respectivamente.

#### ICMS

O Convênio ICMS nº 26/21 promoveu uma mudança no benefício fiscal previsto no Convênio nº 100/97, que facultava aos Estados a concessão de isenção do imposto nas operações internas e Importação e previa a redução da base de cálculo nas operações interestaduais.

Com isso, a partir de janeiro de 2022, as operações internas e importação passaram a ser tributadas de forma que a carga tributária seja 1%, sendo este percentual aumentado anualmente, de modo que em 2025 a carga tributária na operação interna e importação seja de 4%. Da mesma forma, as operações interestaduais passaram a ter a carga tributária reduzida anualmente, de modo que em 2025 a carga tributária sobre essas operações seja de 4%.

#### 2.27. Demonstração dos fluxos de caixa

Foi preparada e está apresentada de acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade Técnica NBC TG 03 (R3) - Demonstração dos Fluxos de Caixa (equivalente ao pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa emitido pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

#### 2.28. Resultado básico e diluído por ação

O cálculo do resultado básico de resultado por ação é feito através da divisão do lucro líquido (prejuízo) do exercício pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o exercício. No caso da Companhia, o resultado diluído por ação é igual ao resultado básico por ação, pois esta não possui ações potenciais diluidoras.

### 3. REAPRESENTAÇÃO DE VALORES CORRESPONDENTES AO ANO ANTERIOR

No exercício de 2025, a Administração revisou os contratos de prestação de serviços compartilhados entre as companhias Cibrafértil e Agro Industrial São Luiz, e concluiu pela necessidade de adequação na alocação das despesas corporativas anteriormente reconhecidas integralmente na Cibrafértil.

Tal revisão foi conduzida com o objetivo de assegurar maior aderência à essência econômica das operações, considerando que parcela relevante das despesas administrativas incorridas está diretamente relacionada às atividades operacionais da Agro. Dessa forma, procedeu-se à rerepresentação das informações comparativas, com a correspondente redistribuição dessas despesas entre as entidades envolvidas, com base em critérios de rateio considerados razoáveis e consistentes.

Adicionalmente, essa adequação impacta a base de cálculo dos tributos sobre o lucro, notadamente o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), em ambas as companhias, em decorrência da alteração na apropriação das despesas dedutíveis. Os efeitos tributários decorrentes foram devidamente reconhecidos nas demonstrações financeiras, em conformidade com a legislação vigente.

Consequentemente, esse ajuste resulta em uma apresentação mais fidedigna do desempenho operacional e da posição financeira das companhias do Grupo, além de aprimorar a qualidade e a transparência das informações disponibilizadas aos usuários das demonstrações financeiras.

As modificações registradas produziram os seguintes impactos nas demonstrações contábeis da Companhia em relação aos valores anteriormente apresentados:

	31 de dezembro de 2024					
	Controladora			Consolidado		
	Publicado	Ajustes	Reapresentado	Publicado	Ajustes	Reapresentado
<u>Balanco patrimonial</u>						
Ativo						
Não circulante						
Partes relacionadas	2.026	49.282	51.308	2.026	-	2.026
Imposto de renda e contribuição social diferidos	91.027	(16.756)	74.271	201.705	(10.718)	190.987
Investimento em controlada	330.046	(35.898)	294.148	-	-	-
<u>Passivo e patrimônio líquido</u>						
Circulante						
Impostos e contribuições a recolher	2.756	-	2.756	10.859	(7.346)	3.513
Patrimônio líquido						
Prejuízos acumulados	141.354	(3.372)	137.982	141.354	(3.372)	137.982
<u>Demonstrações do resultado</u>						
Despesas gerais e administrativas	(84.115)	49.283	(34.832)	(88.252)	-	(88.252)
Resultado da equivalência patrimonial	(13.967)	(35.898)	(49.865)	-	-	-
Despesas financeiras	(393.470)	(6.800)	(400.270)	(488.570)	-	(488.570)
Variação cambial	93.783	6.800	100.583	(55.063)	-	(55.063)
Imposto de renda e contribuição social corrente	-	-	-	(1.200)	7.346	6.146
Imposto de renda e contribuição social diferido	(12.850)	(16.755)	(29.605)	1.681	(10.718)	(9.037)
Lucro líquido do exercício	34.346	(3.372)	30.974	34.346	(3.372)	30.974

## 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e bancos	3.424	504	5.304	661
Aplicações financeiras	152.074	97.369	243.709	119.446
	<u>155.498</u>	<u>97.873</u>	<u>249.013</u>	<u>120.107</u>
Apresentados como:				
Circulantes	88.939	71.498	164.737	93.732
Não circulantes	66.559	26.375	84.276	26.375
	<u>155.498</u>	<u>97.873</u>	<u>249.013</u>	<u>120.107</u>

As aplicações financeiras referem-se a títulos de renda fixa remunerados à taxa média de 97,22% do CDI na controladora e 96,43% no consolidado.

## 5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Contas a receber de clientes	231.901	287.871	401.869	630.276
Ajuste a valor presente	(9.739)	(10.439)	(13.763)	(18.170)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(38.057)	(9.562)	(59.846)	(16.886)
	<u>184.105</u>	<u>267.870</u>	<u>328.260</u>	<u>595.220</u>
Apresentados como:				
Circulantes	145.385	257.781	289.265	585.129
Não circulantes	38.720	10.089	38.995	10.091
	<u>184.105</u>	<u>267.870</u>	<u>328.260</u>	<u>595.220</u>

A composição das contas a receber por idade de vencimento é descrita como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
A vencer	151.989	250.999	249.431	564.333
Vencidas até 30 dias	9.550	16.735	22.745	29.888
Vencidas entre 31 e 120 dias	16.655	889	30.259	2.722
Vencidas há mais de 121 dias	43.968	8.809	85.671	15.163
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(38.057)	(9.562)	(59.846)	(16.886)
	<u>184.105</u>	<u>267.870</u>	<u>328.260</u>	<u>595.220</u>

Não há saldos de contas a receber dados em garantia de dívidas em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

Perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Administração da Companhia concluiu pela constituição de perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$28.495 (controladora) e R\$42.960 (consolidado). Em 31 de dezembro de 2024, concluiu pela constituição de perdas esperadas nos montantes de R\$6.675 (controladora) e R\$11.551 (consolidado).

A Administração entende que as perdas esperadas de créditos foram constituídas em montante suficiente para cobrir prováveis perdas em contas a receber de acordo com análise interna efetuada pela Administração.

## 6. CONTRATOS FUTUROS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Compromissos firmes de venda (a)	244.373	108.648	269.144	119.951
compromissos firmes de compra (b)	20.594	45.800	26.847	52.951
	<u>264.967</u>	<u>154.448</u>	<u>295.991</u>	<u>172.902</u>

- (a) Refere-se ao valor justo dos compromissos firmes de venda para entrega futura de fertilizantes com efetiva movimentação física, firmados pela Companhia e sua controlada.
- (b) Referem-se a compromissos firmes de compra de fertilizantes para entrega futura mensurados a valor justo. São compromissos pactuados pela Companhia e sua controlada com fornecedores nacionais e internacionais para os quais haverá a efetiva movimentação física.

## 7. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fertilizantes (a)	725.445	929.429	1.172.664	1.513.282
Ajuste de marcação a mercado (b)	(24.836)	41.085	(19.458)	93.651
Adiantamento a fornecedores (c)	195	597	21.938	825
Ajuste a valor presente	(39.316)	(28.333)	(68.904)	(58.609)
Outros (d)	35.339	25.732	70.120	50.633
	<u>696.827</u>	<u>968.510</u>	<u>1.176.360</u>	<u>1.599.782</u>

- (a) Em 31 de dezembro de 2025, R\$52.975 (controladora) e R\$81.465 (consolidado) do saldo total de estoques de fertilizantes representavam "importações em andamento".
- (b) Refere-se a ajuste pela mensuração dos estoques de fertilizantes ao valor justo.
- (c) Representam adiantamentos para fornecedores de materiais diversos.
- (d) São representados, substancialmente, por estoque de embalagens e itens do almoxarifado.

Não há saldos de estoques dados em garantia de dívidas em 31 de dezembro de 2025 e de 2024.

## 8. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
COFINS a recuperar (a)	113.275	91.792	187.065	136.220
PIS a recuperar (a)	18.725	19.061	35.870	28.580
Imposto de renda e contribuição social (b)	82.044	82.916	137.706	136.983
ICMS a recuperar	29.231	19.599	104.539	71.462
Outros impostos a recuperar	27	27	30	14.637
(-) Provisão para perda	-	-	(580)	(580)
	<u>243.302</u>	<u>213.395</u>	<u>464.630</u>	<u>387.302</u>
Apresentados como:				
Circulante	186.521	159.150	360.315	313.719
Não circulante	<u>56.781</u>	<u>54.245</u>	<u>104.315</u>	<u>73.583</u>
	<u>243.302</u>	<u>213.395</u>	<u>464.630</u>	<u>387.302</u>

- (a) Refere-se a crédito apurado de acordo com as Leis nº 10.637/02 (PIS) e nº 10.833/03 (COFINS), pela sistemática da não-cumulatividade. A Companhia e sua controlada efetuaram pedidos de restituição de tais créditos tributários no montante de R\$40.343 (controladora) e R\$67.585 (consolidado) e aguardam homologação da Receita Federal.
- (b) Refere-se a imposto retido sobre aplicações financeiras no montante de R\$ 3.517, saldo negativo de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 85.827 e antecipações mensais de imposto de renda e contribuição social do exercício corrente no montante de R\$ 48.362, que serão compensados no exercício seguinte.

## 9. INVESTIMENTO EM CONTROLADA (CONTROLADORA)

A composição da conta de investimento está assim demonstrada:

	Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024
		(Reapresentado)
Agro Industrial São Luiz Ltda.	94.580	45.154
Mais-valia do imobilizado	58.661	58.966
Mais-valia do intangível	10.727	12.301
Ágio na aquisição de investimento	<u>177.727</u>	<u>177.727</u>
	<u>341.695</u>	<u>294.148</u>

Análise de "impairment" do ágio

A Companhia procedeu para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 a revisão do valor recuperável de ágio utilizando o método do valor em uso dos ativos. A taxa de desconto real (calculada pela metodologia WACC) usada para calcular o valor presente dos fluxos de caixa dos projetos foi de 14,83% a.a. (31 de dezembro de 2024, 13,72% a.a.). Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não identificou provisão para perda do valor recuperável.

## 9.1. Informações sobre a investida

<u>Data base</u>	<u>Quantidade de cotas</u>	<u>Participação no capital</u>	<u>Patrimônio Líquido da investida</u>	<u>Lucro/prejuízo do exercício</u>
31/12/2024 (Reapresentado)	330.519.784	100%	45.155	(46.768)
31/12/2025	330.519.784	100%	94.581	49.426

## 9.2. Movimentação do investimento

O quadro a seguir demonstra a movimentação do investimento na controlada, apresentado nas demonstrações financeiras da Companhia, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025:

	<u>Controladora</u> <u>(Reapresentado)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	362.663
Resultado de equivalência patrimonial	(46.768)
Realização de mais valia	<u>(21.747)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2024	294.148
Resultado de equivalência patrimonial	49.427
Realização de mais valia	<u>(1.880)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2025	<u><u>341.695</u></u>

## 10. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO (CONTROLADORA E CONSOLIDADO)

A Companhia possui terreno localizado no Estado de Mato Grosso/MT, oriundo da consolidação contratual de alienação fiduciária de saldo de contas a receber de clientes. Em 2024 este terreno estava classificado como propriedade para investimento e fora transferido para a rubrica "Ativo mantido para venda" em 2025.

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Propriedade para investimento	-	1.624
	<u>-</u>	<u>1.624</u>

## 11. ATIVO MANTIDO PARA VENDA (CONSOLIDADO)

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Administração, alinhada com seu planejamento estratégico e buscando maior eficiência operacional, optou por disponibilizar para venda duas unidades operacionais. Em 31 de dezembro de 2025, o menor entre o valor contábil e o valor justo, menos as despesas de venda, é representado pelo montante de R\$ 31.401 na controladora e R\$ 140.644 no consolidado.

## 12. IMOBILIZADO

A seguir demonstramos o mapa de movimentação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025:

Controladora

	2023	Adições	Baixas	Transferências	2024	Adições	Baixas	Crédito PIS e COFINS (a)	Transferências (b)	2025
<u>Custo</u>										
Terrenos	18.346	-	-	7.264	25.610	68	-	-	(12.165)	13.513
Edificações e instalações	304.345	20.430	-	56.128	380.903	4.431	-	(20.061)	(7.418)	357.855
Máquinas e Equipamentos	116.687	3.899	(520)	48.269	168.335	14.988	(670)	-	2.774	185.427
Outros	6.989	3.269	-	2.567	12.825	860	-	-	191	13.876
Veículos	791	-	(336)	90	545	-	-	-	-	545
Adiantamento à fornecedores	873	-	(735)	-	138	224	(204)	-	-	158
Perda estimada	(2.832)	2.832	-	-	-	-	-	-	-	-
Imobilizado em andamento	92.423	33.276	-	(94.693)	31.006	13.087	(255)	-	(24.989)	18.849
Total Custo	<u>537.622</u>	<u>63.706</u>	<u>(1.591)</u>	<u>19.625</u>	<u>619.362</u>	<u>33.658</u>	<u>(1.129)</u>	<u>(20.061)</u>	<u>(41.607)</u>	<u>590.223</u>
<u>Depreciação</u>										
Edificações e instalações	(38.624)	(15.070)	-	-	(53.694)	(17.112)	-	-	5.739	(65.067)
Máquinas e equipamentos	(51.827)	(17.865)	357	(19.625)	(88.960)	(18.341)	639	-	4.365	(102.297)
Outros	(2.973)	(1.368)	-	-	(4.341)	(1.952)	1	-	102	(6.190)
Veículos	(282)	(139)	248	-	(173)	(100)	-	-	-	(273)
Total Depreciação	<u>(93.706)</u>	<u>(34.442)</u>	<u>605</u>	<u>(19.625)</u>	<u>(147.168)</u>	<u>(37.505)</u>	<u>640</u>	<u>-</u>	<u>10.206</u>	<u>(173.827)</u>
Total Líquido	<u>443.916</u>	<u>29.264</u>	<u>(986)</u>	<u>-</u>	<u>472.194</u>	<u>(3.847)</u>	<u>(489)</u>	<u>(20.061)</u>	<u>(31.401)</u>	<u>416.396</u>

Consolidado

	2023	Adições	Baixas	Baixa e amortização da mais valia	Transferências	2024	Adições	Baixas	Baixa e amortização da mais valia	Crédito PIS e COFINS (a)	Transferências (b)	2025
<u>Custo</u>												
Terrenos	120.775	1.182	-	(12.294)	54.121	163.784	665	-	-	-	(96.865)	67.584
Edificações e instalações	402.690	115.512	(314)	(7.757)	168.499	678.630	13.107	(1.168)	(2.414)	(37.375)	(62.102)	588.678
Máquinas e Equipamentos	165.800	15.964	(1.094)	(122)	114.635	295.183	20.853	(7.030)	(43)	-	(13.004)	295.959
Outros	9.292	6.815	(226)	-	4.085	19.966	860	(509)	-	-	(849)	19.468
Veículos	1.448	-	(336)	-	(532)	580	-	-	-	-	(34)	546
Adiantamento à fornecedores	7.101	-	(5.682)	-	(1.062)	357	224	(204)	-	-	-	377
Perda estimada	(590)	2.832	-	-	(2.276)	(34)	-	-	-	-	-	(34)
Imobilizado em andamento	322.481	50.012	(365)	-	(323.961)	48.167	26.979	(753)	-	-	(47.263)	27.130
Total Custo	<u>1.028.997</u>	<u>192.317</u>	<u>(8.017)</u>	<u>(20.173)</u>	<u>13.509</u>	<u>1.206.633</u>	<u>62.688</u>	<u>(9.664)</u>	<u>(2.457)</u>	<u>(37.375)</u>	<u>(220.117)</u>	<u>999.708</u>
<u>Depreciação</u>												
Edificações e instalações	(39.248)	(23.544)	55	-	(11.710)	(74.447)	(28.353)	1.421	-	-	17.975	(83.404)
Máquinas e equipamentos	(72.020)	(29.382)	813	-	(19.712)	(120.301)	(34.045)	6.705	-	-	15.964	(131.677)
Outros	(14.933)	(2.070)	10	-	11.176	(5.817)	(3.026)	193	-	-	847	(7.803)
Veículos	(6.842)	(138)	243	-	6.737	-	(312)	-	-	-	34	(278)
Total Depreciação	<u>(133.043)</u>	<u>(55.134)</u>	<u>1.121</u>	<u>-</u>	<u>(13.509)</u>	<u>(200.565)</u>	<u>(65.736)</u>	<u>8.319</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>34.820</u>	<u>(223.162)</u>
Total Líquido	<u>895.954</u>	<u>137.183</u>	<u>(6.896)</u>	<u>(20.173)</u>	<u>-</u>	<u>1.006.068</u>	<u>(3.048)</u>	<u>(1.345)</u>	<u>(2.457)</u>	<u>(37.375)</u>	<u>(185.297)</u>	<u>776.546</u>

(a) A Companhia passou a adotar o creditamento do PIS e da COFINS incidentes sobre as edificações construídas para utilização na produção de fertilizantes destinados à venda, considerando a apropriação em 24 parcelas mensais e sucessivas, conforme a previsão do art. 6º da Lei n. 11.488/2007 e Art. 187 da IN RFB n. 2.121/2022.

(b) Além das transferências entre o imobilizado em andamento e as demais classes do ativo imobilizado, o saldo contempla reclassificações de ativos para a rubrica de Ativos mantidos para venda, conforme detalhado na Nota Explicativa nº 11.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e sua controlada realizou a revisão da vida útil desses ativos com base no uso e na estimativa de uso dos ativos e não identificou necessidade de alteração da vida útil econômica utilizada.

A Companhia realizou testes de *impairment* (perda por redução ao valor recuperável) para garantir que os ativos imobilizados não apresentem valor contábil superior ao seu valor recuperável. Não foram identificadas perdas por *impairment* no exercício de 2025.

## 13. INTANGÍVEL

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ágio na aquisição de investimento (a)	-	-	177.727	177.727
Ativos intangíveis adquiridos em combinação de negócios (b)	-	-	10.727	12.301
Softwares (c)	21.463	11.613	21.640	11.748
	<u>21.463</u>	<u>11.613</u>	<u>210.094</u>	<u>201.776</u>

- (a) Ágio pago na aquisição da Agroindustrial São Luiz Ltda., alocado como rentabilidade futura.
- (b) Ativos intangíveis identificados na alocação do preço de compra pago na aquisição da Agroindustrial São Luiz, conforme demonstrado na nota explicativa nº 9. A composição dos valores identificados e respectivas vidas úteis estão demonstradas a seguir:

	2025			2024
	Valor	Amortização Acumulada	Saldo	Saldo
Carteira de Clientes	27.179	(16.452)	10.727	12.301
Acordo de não competição	1.381	(1.381)	-	-
	<u>28.560</u>	<u>(17.833)</u>	<u>10.727</u>	<u>12.301</u>

- (c) Referem-se principalmente aos gastos com aquisição e implantação de sistemas de informação e licenças para utilização de software cuja vida útil é de cinco anos (amortização de 20% ao ano).

O quadro a seguir demonstra a movimentação do intangível (controlada e consolidado), apresentado nas demonstrações financeiras da Companhia, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2023	5.163	196.916
Adições	9.540	9.614
Baixas	-	(51)
Amortização de ativos intangíveis identificados em combinação de negócios	-	(1.574)
Amortização softwares	(3.090)	(3.129)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	11.613	201.776
Adições	14.002	14.138
Baixas	-	(34)
Amortização de ativos intangíveis identificados em combinação de negócios	-	(1.573)
Amortização softwares	(4.152)	(4.213)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	<u>21.463</u>	<u>210.094</u>

## 14. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Nacionais	323.725	246.854	383.818	320.600
Estrangeiros	68.157	31.751	68.309	31.751
	<u>391.882</u>	<u>278.605</u>	<u>452.127</u>	<u>352.351</u>
Apresentados como:				
Circulantes	<u>391.882</u>	<u>278.605</u>	<u>452.127</u>	<u>352.351</u>
	<u>391.882</u>	<u>278.605</u>	<u>452.127</u>	<u>352.351</u>

## 15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Modalidade	Moeda	Vencimento	Controladora		Consolidado	
			31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
FINIMP	US\$	03/2026	114.636	127.867	114.636	127.867
NCE e CCE	R\$	02/2028	151.971	110.298	183.585	110.298
Empréstimo externo	US\$	06/2026	-	261.679	26.668	286.851
Debênture	R\$	08/2028	193.148	307.238	193.148	307.238
CPR e CCB	R\$	07/2032	397.789	379.795	489.450	422.945
			<u>857.544</u>	<u>1.186.877</u>	<u>1.007.487</u>	<u>1.255.199</u>
Classificados em:						
Circulantes			591.471	756.925	741.414	825.247
Não circulantes			<u>266.073</u>	<u>429.952</u>	<u>266.073</u>	<u>429.952</u>
			<u>857.544</u>	<u>1.186.877</u>	<u>1.007.487</u>	<u>1.255.199</u>

Termos, características e condições

- CCB – são Cédulas de Crédito Bancário.
- CPR – são Cédulas de Produtor rural, emitida em garantia aos contratos de compra e venda de produtos agrícolas.
- Empréstimo externo – empréstimos em moeda estrangeira que possuem contratos de “swap”.
- FINIMP - são financiamentos para importações que, quando em moeda estrangeira, possuem contratos de “swap”.
- NCE/CCE - referem-se a Notas de Crédito à Exportação.
- Debênture – Em 31 de Agosto de 2023, a Companhia realizou a sua segunda emissão de debêntures lastreadas em Certificados de Recebíveis Imobiliários no valor de R\$ 300.000.

As taxas de juros dos empréstimos e financiamentos com terceiros variam de acordo com as linhas de crédito conforme demonstrativo a seguir:

<u>Linha de crédito</u>	<u>Taxas de juros (a.a.)</u>
CPR e CCB	CDI + 3,00% a CDI + 6,00%
CPR e CCB (Pré-fixado)	14,64% a 18,00%
Empréstimos externo	CDI + 3,80%
FINIMP	CDI + 2,90% a CDI + 6,83%
NCE e CCE	CDI + 3,60% a CDI + 6,78%
Debênture	CDI + 4,90%

Movimentação

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está assim demonstrada:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.068.212	1.132.413
Juros e variações monetárias provisionados	151.185	152.719
Captação de empréstimos e financiamentos	905.279	972.267
Amortização de principal	(833.591)	(893.718)
Amortização de juros	(106.347)	(110.621)
Amortização do custo de captação	2.139	2.139
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.186.877	1.255.199
Juros e variações monetárias provisionados	157.888	170.096
Captação de empréstimos e financiamentos	405.132	556.794
Amortização de principal	(745.214)	(818.714)
Amortização de juros	(149.884)	(158.767)
Amortização do custo de captação	2.745	2.879
Saldo em 31 de dezembro de 2025	<u>857.544</u>	<u>1.007.487</u>

Escalonamento da dívida

Os vencimentos dos empréstimos e financiamentos de longo prazo em 31 de dezembro de 2025 apresentam a seguinte composição:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2027	138.281	138.281
2028	80.408	80.408
A partir de 2029	47.384	47.384
	<u>266.073</u>	<u>266.073</u>

Cláusulas restritivas ("covenants" financeiros)

A Companhia possui algumas operações de empréstimo e financiamento contratadas que contém cláusulas financeiras restritivas em 31 de dezembro de 2025 e de 2024.

Essas cláusulas restritivas requerem a manutenção de determinados índices financeiros que são apurados com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia ou de seu acionista controlador.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia e sua controlada cumpriram adequadamente todas as cláusulas e/ou condições dos contratos vigentes.

## 16. ATIVO DE DIREITO DE USO E ARRENDAMENTO MERCANTIL

A movimentação do direito de uso e do arrendamento mercantil durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 estão demonstradas a seguir:

Direito de uso – Edificações

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>	<u>Agro</u>
Saldo em 31 de Dezembro de 2023	-	554	554
Amortização	-	(554)	(554)
Saldo em 31 de Dezembro de 2024	-	-	-
Renegociações	-	2.636	2.636
Amortização	-	(527)	(527)
Saldo em 31 de Dezembro de 2025	<u>-</u>	<u>2.109</u>	<u>2.109</u>

Arrendamento mercantil – Edificações

	Controladora	Consolidado	Agro
Saldo em 31 de Dezembro de 2023	-	716	716
Juros	-	46	46
Pagamentos	-	(762)	(762)
Saldo em 31 de Dezembro de 2024	-	-	-
Juros	-	384	384
Pagamentos	-	(762)	(762)
Renegociações	-	2.636	2.636
Saldo em 31 de Dezembro de 2025	-	2.258	2.258

## 17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - CORRENTES E DIFERIDOS

## a) Reconciliação da alíquota efetiva do imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social, despesa fiscal calculada pela aplicação das alíquotas fiscais nominais combinadas e os valores refletidos no resultado dos exercícios de 2025 e de 2024 está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024 (Reapresentado)	31/12/2025	31/12/2024 (Reapresentado)
Lucro (prejuízo) antes do IRPJ e CSLL	(315.404)	60.579	(299.131)	33.865
Alíquota combinada dos tributos	34%	34%	34%	34%
Despesa de IRPJ e CSLL à alíquota normal	107.238	(20.597)	101.705	(11.514)
<u>Adições (exclusões) permanentes:</u>				
Resultado de equivalência patrimonial	17.444	(15.901)	-	-
Amortização da mais-valia	(639)	(1.053)	-	(1.053)
Correção monetária de tributos federais	4.860	7.613	7.522	12.531
Variação cambial	-	-	-	-
Subvenção para investimento	122	-	974	-
Demais ajustes	(543)	333	(1.400)	360
Prejuízo fiscal e base negativa não constituído	-	-	3.215	(3.215)
Prejuízo fiscal e base negativa utilizado	-	-	193	-
<b>Total</b>	<b>128.482</b>	<b>(29.605)</b>	<b>112.209</b>	<b>(2.891)</b>
Corrente	-	-	(6.266)	6.146
Diferido	128.482	(29.605)	118.475	(9.037)
<b>Total do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>128.482</b>	<b>(29.605)</b>	<b>112.209</b>	<b>(2.891)</b>

## b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<u>Ativo fiscal diferido</u>				
Prejuízos fiscais e variação cambial não realizada	302.703	242.583	418.478	375.694
Valor justo dos estoques e compromissos	(68.277)	(66.481)	(70.594)	(80.334)
Perda esperada em créditos de liquidação duvidosa	19.530	9.842	26.938	12.332
Custo atribuído - "deemed cost"	(3.704)	(3.829)	(3.704)	(3.829)
Amortização de ativos intangíveis identificados em combinação de negócios	10.788	10.701	10.788	10.701
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	571	14.111	1.272	22.435
Instrumentos financeiros derivativos	1.134	(34.635)	1.976	(45.011)
Provisões de despesas com importação e rebate	(44.790)	(98.291)	(52.055)	(101.091)
Outros	(15.202)	270	(23.637)	90
	<b>202.753</b>	<b>74.271</b>	<b>309.462</b>	<b>190.987</b>

A Companhia possui prejuízos fiscais e base negativa acumulados no montante de R\$2.472.324.

A estimativa de realização dos tributos diferidos ativos sobre prejuízos fiscais é a seguinte:

Consolidado

Ano	2025 (*)
2026	7.355
2027	14.040
Após 2028	189.811
Total	<u>211.206</u>

(\*) O cronograma de realização estimada do imposto de renda e contribuição social diferido não abrange os impostos diferidos ativos e passivos calculados sobre diferenças temporárias, uma vez que estas são realizadas simultaneamente com os ativos e passivos que originaram tais diferenças.

A Administração considera que os ativos diferidos registrados em 31 de dezembro de 2025 decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da realização das provisões e da resolução final de eventos futuros.

## 18. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Administração identificou como partes relacionadas seus acionistas, empresas ligadas ao grupo controlador, seus administradores e demais membros do pessoal-chave da Administração, conforme definições contidas no pronunciamento técnico CPC 05 (R1). Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, os saldos em aberto na data-base das demonstrações financeiras provenientes de transações ativas e/ou passivas com partes relacionadas, bem como transações durante os exercícios que tenham efeito sobre o resultado são:

### Saldos e transações com partes relacionadas

	Saldos		Controladora			
	Ativos	Passivos	Transações			
			Vendas/ (compras)	Ajuste a valor presente	Variação cambial líquida	Reembolso Despesas Corporativas
Clientes (a)	Partes Relacionadas (b)					
Agro Industrial São Luiz Ltda.		(68.264)	(62.322)	-	-	46.213
Paribara Sociedad de Responsabilidad Limitada	4.451	-	-	-	-	-
Cibra Trading Inc.		(720.889)	(2.928.603)	(182.373)	27.283	-
Total em 31 de dezembro de 2025	4.451	(789.153)	(2.990.925)	(182.373)	(80.172)	46.213
Total em 31 de dezembro de 2024 (Reapresentado)	2.026	(277.631)	(2.827.772)	(98.838)	(80.172)	49.282

	Consolidado				
	Saldo		Transações		
	Ativos	Passivos		Ajuste	Varição
	Cientes	Fornecedores	Vendas/ (compras)	a valor presente	cambial líquida
(a)	(b)				
Paribara Sociedad de Responsabilidad Limitada	4.451	-	-	-	-
Cibra Trading Inc.	-	(1.842.832)	(4.882.731)	(312.152)	57.017
Total em 31 de dezembro de 2025	4.451	(1.842.832)	(4.882.731)	(312.152)	57.017
Total em 31 de dezembro de 2024	2.026	(1.659.356)	(4.735.487)	(155.334)	(319.818)

- (a) As transações mantidas na rubrica de clientes referem-se a contas a receber e adiantamentos recebidos referente a venda de matéria-prima e prestação de serviços de industrialização com a controladora, contabilizados conforme CPC 47, os quais não serão exigidos nos próximos 12 meses.
- (b) As transações mantidas na rubrica de partes relacionadas referem-se a compras de fertilizantes no Brasil e no exterior. São registrados ao valor presente conforme CPC 12, e corrigidos à taxa de juros média equivalente a 100% do CDI, os quais não serão exigidos nos próximos 12 meses.

#### Honorários da Administração

A Companhia considerou como pessoal-chave da Administração os integrantes da sua diretoria executiva, composto pelo diretor presidente, diretor financeiro, diretor de operações e diretor de recursos humanos.

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2026	31/12/2025
Remuneração dos diretores	(9.426)	(7.202)
Encargos sociais dos diretores	(3.156)	(2.160)
Previdência e outros benefícios	(2.477)	(1.422)
	<u>(15.059)</u>	<u>(10.784)</u>

Os referidos montantes estão registrados na rubrica "Honorários da Administração". Os membros da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração não são partes de contratos e não possuem benefícios corporativos adicionais, tais como benefício pós-emprego ou quaisquer outros benefícios de longo prazo e remuneração com base em ações.

#### 19. PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Contingências fiscais e cíveis	458	39.889	1.603	64.125
Contingências trabalhistas	1.221	1.614	2.138	1.861
	<u>1.679</u>	<u>41.503</u>	<u>3.741</u>	<u>65.986</u>

Em 31 de dezembro de 2025 as causas cujo prognóstico de perda foi classificado como provável montavam R\$ 1.679 na controladora (31 de dezembro de 2024, R\$ 41.503) e R\$ 3.741 no consolidado (31 de dezembro de 2024, R\$ 65.986) e se referem a demandas trabalhistas, cíveis e fiscais. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia reverteu provisão anteriormente constituída para contingências relacionadas a incentivos fiscais no âmbito da Lei Complementar nº 160/2017 no montante de R\$ 38.916 na controladora e R\$ 60.357 no consolidado. A reversão decorre da reavaliação do risco de perda, suportada por assessores legais externos.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia era parte em processos administrativos, trabalhistas e cíveis, os quais possuíam expectativas de perda consideradas possíveis, nos montantes de R\$ 314.893 (Em 31 de dezembro de 2024, R\$ 283.235), na controladora, R\$ 24.721 no consolidado (em 31 de dezembro de 2024, R\$ 345.054), de acordo o posicionamento de seus assessores jurídicos. Para estes processos não foi reconhecida qualquer provisão contábil naquela data.

A Administração entende que os encaminhamentos e providências legais cabíveis, já tomados em cada processo, são suficientes para preservar o seu patrimônio.

#### Depósitos judiciais

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de depósito judicial é composto como segue:

Natureza dos depósitos	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Trabalhistas	238	296	286	336
Outros	690	521	726	521
	<u>928</u>	<u>817</u>	<u>1.012</u>	<u>857</u>

## 20. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

Refere-se a adiantamentos realizados por clientes, visando garantir o preço e entrega dos produtos para safras vindouras, sendo na controladora o montante de R\$278.222 (Em 31 de dezembro de 2024, R\$402.355) e no consolidado R\$467.605 (Em 31 de dezembro de 2024, R\$560.267).

## 21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### Capital social

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$304.906, representado por 2.446.667 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal totalmente integralizadas.

### Ações ordinárias

Os detentores de ações ordinárias têm o direito ao recebimento de dividendos conforme definido no estatuto da Companhia. As ações ordinárias dão o direito a um voto por ação nas deliberações da Companhia.

### Natureza e propósito das reservas

#### Reservas de lucros

- Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

- Reserva de incentivo fiscal

Refere-se a incentivo fiscal de imposto de renda sobre o lucro da exploração. O imposto de renda é contabilizado incluindo a parcela de incentivos fiscais, sendo o montante correspondente à redução desse tributo registrado a crédito do resultado do exercício e a débito na conta de impostos a pagar. Quando da apuração do resultado, o montante correspondente ao incentivo é transferido da rubrica “Lucros acumulados” para a conta específica de “Reserva de lucros - incentivos fiscais”, no patrimônio líquido.

#### Ajustes de avaliação patrimonial

Durante o exercício de 2010, a Companhia, através de especialistas contratados, procedeu a avaliação de seus terrenos e edificações atribuindo a elas um novo custo e uma nova vida útil, conforme facultado na interpretação técnica ICPC 10. O efeito dessa avaliação à época foi reconhecido no balanço de abertura em 1º de janeiro de 2009, deduzido dos efeitos tributários futuros, sendo a realização dessa reserva efetuada à medida que os bens sejam depreciados e/ou alienados.

#### Dividendos mínimos obrigatórios

O estatuto social da Companhia estabelece um dividendo mínimo obrigatório de 25%, calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma prevista pelo artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

## 22. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita bruta de vendas	5.340.501	4.581.636	8.599.347	7.190.165
ICMS incidente sobre vendas	(60.509)	(55.121)	(147.701)	(113.139)
Devoluções e abatimentos concedidos	(44.940)	(37.781)	(72.881)	(55.558)
Outras deduções	(55.962)	(36.651)	(90.071)	(58.580)
	<u>5.179.090</u>	<u>4.452.083</u>	<u>8.288.694</u>	<u>6.962.888</u>

A Companhia, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, vendeu 2.280.265 toneladas de fertilizantes (31 de dezembro de 2024, 2.137.239 toneladas). No consolidado, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram vendidas 3.599.735 toneladas de fertilizantes (31 de dezembro de 2024, 3.289.530 toneladas).

#### Subvenções governamentais - ICMS

- A Companhia usufrui de incentivo denominado “ICMS - Desenvolve” que dilata o prazo de pagamento de parte do imposto devido, mas concede desconto se pago à vista. A parcela correspondente ao desconto de 90% (noventa por cento) sobre o valor passível de dilação foi de R\$11.159 (31 de dezembro de 2024, R\$4.280). O valor em questão foi registrado na linha de ICMS incidente sobre vendas.
- A Companhia e sua controlada usufruem de incentivo denominado de “Crédito Presumido” que possibilita a utilização de crédito presumido do ICMS no percentual de 75% sobre as vendas interestaduais, cujo montante do benefício foi de R\$6.590 no Consolidado (31 de dezembro de 2024, R\$9.564). O valor em questão foi registrado na linha de ICMS incidente sobre vendas.

## 23. CUSTOS E DESPESAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024 (Reapresentado)	31/12/2025	31/12/2024 (Reapresentado)
Matérias-primas	(4.015.054)	(3.210.814)	(6.420.133)	(5.209.586)
Marcação a mercado de estoques e contratos futuros	44.598	97.972	9.980	137.185
Serviços prestados	(301.203)	(306.469)	(453.095)	(446.678)
Pessoal	(144.457)	(145.467)	(175.904)	(177.512)
Fretes	(389.524)	(348.342)	(556.249)	(484.423)
Materiais diversos de manutenção	(7.499)	(6.321)	(10.269)	(9.091)
Depreciação e amortização	(43.289)	(36.723)	(73.147)	(57.653)
Embalagens	(33.872)	(28.402)	(48.151)	(41.397)
Impostos e taxas	(56.278)	(68.585)	(85.621)	(75.839)
Viagens	(11.819)	(11.592)	(12.590)	(12.552)
Seguros	(124)	(125)	(205)	(199)
Aluguéis de máquinas e equipamentos	(16.772)	(12.625)	(25.433)	(19.526)
Amortização de mais valia de ativos identificados em combinação de negócios	-	-	(1.879)	(3.097)
Constituição (reversão) de perda estimada com devedores duvidosos	(28.496)	(6.675)	(42.960)	(11.551)
Constituição (reversão) para perda estimada na realização de outros ativos	(899)	(17.532)	(3.343)	(17.701)
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	39.624	(1.308)	60.402	(887)
Indenização processo civil	(67.871)	-	(67.871)	-
Resultado na baixa de ativo imobilizado e mais valia sobre imobilizado	(194)	(18.896)	(1.775)	(32.831)
Ganho com vendas de imobilizado	4	255	4	30.700
Despesas com gás, água e energia	(16.846)	(19.685)	(22.748)	(23.909)
Comissão sobre vendas	(28.009)	(23.771)	(42.169)	(33.732)
Reembolso despesas corporativas	46.213	49.282	-	-
Outros (custos e despesas) receitas	4.309	(6.156)	(3.547)	(11.467)
	<u>(5.027.458)</u>	<u>(4.121.979)</u>	<u>(7.976.703)</u>	<u>(6.501.746)</u>
Custo dos produtos vendidos	(4.879.189)	(3.989.063)	(7.778.354)	(6.335.412)
Despesas comerciais	(49.622)	(50.058)	(78.521)	(54.935)
Despesas gerais e administrativas	(54.100)	(34.832)	(88.583)	(88.252)
Honorários da administração	(15.059)	(10.784)	(15.059)	(10.784)
Outras receitas (despesas), líquidas	(29.488)	(37.242)	(16.186)	(12.363)
	<u>(5.027.458)</u>	<u>(4.121.979)</u>	<u>(7.976.703)</u>	<u>(6.501.746)</u>

## 24. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<u>Receitas financeiras</u>				
Receita de juros	36.694	43.002	52.902	62.687
Ajuste a valor presente	56.009	35.291	93.619	51.934
Outras receitas financeiras	12.105	1.734	12.138	1.735
	<u>104.808</u>	<u>80.027</u>	<u>158.659</u>	<u>116.356</u>
<u>Despesas financeiras</u>				
Despesas bancárias e IOF	(12.752)	(6.586)	(19.429)	(8.294)
Juros incidentes sobre arrendamento mercantil	-	-	(384)	(46)
Ajuste a valor presente	(192.683)	(129.428)	(324.571)	(207.265)
Despesas de Juros	(180.456)	(174.621)	(196.543)	(174.849)
Outras Despesas Financeiras	(26.085)	(89.635)	(30.790)	(98.116)
	<u>(411.976)</u>	<u>(400.270)</u>	<u>(571.717)</u>	<u>(488.570)</u>
<u>Variação cambial</u>				
Instrumento financeiro derivativo - líquido	(246.950)	125.350	(377.478)	231.243
Variação cambial ativa	105.839	105.028	313.911	95.568
Variação cambial passiva	(66.305)	(129.795)	(134.497)	(381.874)
	<u>(207.416)</u>	<u>100.583</u>	<u>(198.064)</u>	<u>(55.063)</u>
Total resultado financeiro	<u>(514.584)</u>	<u>(219.660)</u>	<u>(611.122)</u>	<u>(427.277)</u>

## 25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros foram determinados com base em informações de mercado disponíveis, e metodologias de valorização apropriadas para cada situação. Entretanto, algum julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas aqui apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes informações de mercado e/ou metodologias de avaliação poderá ter um efeito relevante no montante do valor de mercado.

## 25.1. Classificação dos instrumentos financeiros

	Controladora					
	31/12/2025			31/12/2024 (Reapresentado)		
	Custo amortizado	Derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado	Total	Custo amortizado	Derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado	Total
<u>Ativos financeiros</u>						
Caixa e equivalentes de caixa	88.939	-	88.939	71.498	-	71.498
Aplicações financeiras	66.559	-	66.559	26.375	-	26.375
Contas a receber de clientes	184.105	-	184.105	267.870	-	267.870
Contratos futuros	-	264.967	264.967	-	154.448	154.448
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	40.872	40.872
Partes relacionadas	4.451	-	4.451	51.308	-	51.308
Total dos ativos	<u>344.054</u>	<u>264.967</u>	<u>609.021</u>	<u>417.051</u>	<u>195.320</u>	<u>612.371</u>
<u>Passivos financeiros</u>						
Fornecedores	391.882	-	391.882	278.605	-	278.605
Empréstimos e financiamentos	857.544	-	857.544	1.186.877	-	1.186.877
Partes relacionadas	789.153	-	789.153	277.631	-	277.631
Instrumentos financeiros derivativos	-	894	894	-	-	-
Total dos passivos	<u>2.038.579</u>	<u>894</u>	<u>2.039.473</u>	<u>1.743.113</u>	<u>-</u>	<u>1.743.113</u>

As transações financeiras existentes envolvem ativos e passivos usuais e pertinentes à sua atividade econômica, particularmente aplicações financeiras com vencimentos a curto prazo, empréstimos e financiamentos. Essas transações são apresentadas no balanço pelo seu valor justo, acrescidas das respectivas apropriações de receitas e despesas que, tendo em vista a natureza das transações e os seus períodos de vencimento, se aproximam dos valores de mercado, conforme segue

	Consolidado					
	31/12/2025			31/12/2024 (Reapresentado)		
	Custo amortizado	Derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado	Total	Custo amortizado	Derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado	Total
<b>Ativos financeiros</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	164.737	-	164.737	93.732	-	93.732
Aplicações financeiras	84.276	-	84.276	26.375	-	26.375
Contas a receber de clientes	328.260	-	328.260	595.220	-	595.220
Contratos futuros	-	295.991	295.991	-	172.902	172.902
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	67.695	67.695
	<u>577.273</u>	<u>295.991</u>	<u>873.264</u>	<u>715.327</u>	<u>240.597</u>	<u>955.924</u>
<b>Passivos financeiros</b>						
Fornecedores	452.127	-	452.127	352.351	-	352.351
Empréstimos e financiamentos	1.007.487	-	1.007.487	1.255.199	-	1.255.199
Partes relacionadas	1.842.832	-	1.842.832	1.659.356	-	1.659.356
Instrumentos financeiros derivativos	-	2.175	2.175	-	-	-
Total dos passivos	<u>3.302.446</u>	<u>2.175</u>	<u>3.304.621</u>	<u>3.266.906</u>	<u>-</u>	<u>3.266.906</u>

## 25.2. Valor contábil "versus" valor justo

Para todas as operações envolvendo instrumentos financeiros ativos e passivos, a Administração considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, uma vez que para essas operações o valor contábil se aproxima do valor de realização/liquidação naquela data. As operações de empréstimos e financiamentos referem-se basicamente a captações que preponderantemente estão indexadas a taxas pré-fixadas, assim, na hipótese da aplicação da metodologia de apuração de valor justo, o valor apurado não refletiria o valor de repasse daquela operação naquela data, uma vez que a taxa de desconto seria muito superior à taxa de correção. Desta forma, a Administração entende que os valores reconhecidos contabilmente refletiam o endividamento efetivo em caso de uma eventual liquidação naquela data.

## 25.3. Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia reconhece que certos riscos financeiros como variação na taxa de câmbio são inerentes ao seu negócio. Entretanto, a filosofia geral da Companhia é evitar riscos desnecessários e limitar, dentro do possível, quaisquer riscos associados às atividades do negócio.

O propósito da política da Companhia é garantir que as exposições do negócio ao risco que tenham sido identificadas, medidas e que sejam passíveis de serem controladas, sejam minimizadas, usando os métodos mais efetivos para eliminar, reduzir ou transferir tais exposições.

Os riscos de negócio identificados incluem principalmente:

- Risco de taxas de juros inerente às dívidas da Companhia.
- Risco cambial decorrente de ativos e de passivos, tais como: estoques, empréstimos, fornecedores no exterior, entre outros.

A política de gestão de riscos permite que a Companhia utilize instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de minimizar a exposição a riscos de mercado: câmbio e taxas de juros.

A utilização de derivativos é consistente com o negócio e os objetivos de gestão de risco da Companhia. Derivativos são utilizados para gerir o risco do negócio dentro de limites especificados pela política da Companhia e gerenciar as exposições que tenham sido identificadas através do processo de identificação e medição de risco. A utilização de derivativos não é automática, nem é necessariamente a única resposta para a gestão de risco do negócio.

A Companhia e sua controlada possuem exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito.
- Risco de liquidez.
- Risco de mercado.

a) Risco de crédito

A Companhia e sua controlada podem incorrer na possibilidade de perdas com valores a receber oriundos de faturamentos de mercadorias. Para reduzir esse risco, a Companhia concede créditos aos clientes com base na política interna de crédito e cobrança.

Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima ao risco do crédito, conforme apresentado:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e equivalentes de caixa	88.939	71.498	164.737	93.732
Aplicações financeiras	66.559	26.375	84.276	26.375
Contas a receber de clientes	184.105	267.870	328.260	595.220
	<u>339.603</u>	<u>365.743</u>	<u>577.273</u>	<u>715.327</u>

Visando minimizar o risco de crédito relacionados a caixa e equivalentes de caixa, a Companhia e suas controladas concentram a maioria de suas transações de equivalentes de caixa em instituições financeiras com "rating" de risco acima da categoria A. Esses "ratings" foram instituídos pelas agências de risco Fitch Ratings, S&P e Moody's.

b) Risco de liquidez

Risco de liquidez é aquele em que a Companhia possa eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas aos seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A tabela a seguir demonstra os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Controladora		Consolidado	
	Menos de um ano	Mais de um ano	Menos de um ano	Mais de um ano
Em 31 de dezembro de 2025				
Fornecedores	391.882	-	452.127	-
Empréstimos e financiamentos	591.471	266.073	741.414	266.073
Adiantamentos de clientes	278.222	-	467.605	-
Arrendamento mercantil	-	-	441	1.817
	<u>1.261.575</u>	<u>266.073</u>	<u>1.661.587</u>	<u>267.890</u>
	Controladora		Consolidado	
	Menos de um ano	Mais de um ano	Menos de um ano	Mais de um ano
Em 31 de dezembro de 2024				
Fornecedores	278.605	-	352.351	-
Empréstimos e financiamentos	756.925	429.952	825.247	429.952
Adiantamentos de clientes	402.355	-	560.267	-
	<u>1.437.885</u>	<u>429.952</u>	<u>1.737.865</u>	<u>429.952</u>

## c) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços dos produtos, moedas e nas taxas de juros possam afetar a posição patrimonial e financeira da Companhia. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

## d) Risco de taxas de câmbio

Como parte da sua atividade, a Companhia incorre em riscos cambiais referentes à compra de matérias-primas importadas, bem como pela captação de empréstimos e financiamentos lastreados em moeda estrangeira (US\$), e contas a receber indexada em dólar. Para medir o impacto econômico de variações cambiais, foram efetuados cenários a seguir em relação à taxa de câmbio vigente em 31 de dezembro de 2025.

## i) Análise de sensibilidade-risco cambial de dólar norte-americano

A Companhia conduziu análise de sensibilidade utilizando o cenário provável e desvalorizações cambiais de 25% (Cenário I) e 50% (Cenário II). Convém ressaltar que o cenário provável já se encontra refletido nas demonstrações financeiras da Companhia.

Controladora Cotação em 31/12/2025 - R\$5,5024	Exposição	Exposição				
		31/12/2025	Baixa do Dólar		Alta do Dólar	
			-25%	-50%	25%	50%
<u>Ativos indexados</u>						
Cientes	118.484	88.863	59.242	148.105	177.726	
<u>Passivos indexados</u>						
Empréstimos	(266.607)	(199.955)	(133.304)	(333.259)	(399.911)	
Partes relacionadas	(720.889)	(540.667)	(360.445)	(901.111)	(1.081.334)	
Fornecedores externos	(68.157)	(51.118)	(34.079)	(85.196)	(102.236)	
Efeito líquido	<u>(937.169)</u>	<u>(702.877)</u>	<u>(468.585)</u>	<u>(1.171.461)</u>	<u>(1.405.754)</u>	

Consolidado

Cotação em 31/12/2025 - R\$5,5024

	Exposição 31/12/2025	Baixa do Dólar				Alta do Dólar	
		-25%		-50%		25%	50%
<u>Ativos indexados</u>							
Clientes	165.935	124.451	82.968	207.419	248.903		
<u>Passivos indexados</u>							
Empréstimos	(324.889)	(243.667)	(162.445)	(406.111)	(487.334)		
Partes relacionadas	(1.842.832)	(1.382.124)	(921.416)	(2.303.540)	(2.764.248)		
Fornecedores externos	(68.309)	(51.232)	(34.155)	(85.386)	(102.464)		
Efeito líquido	<u>(2.070.095)</u>	<u>(1.552.572)</u>	<u>(1.035.048)</u>	<u>(2.587.618)</u>	<u>(3.105.143)</u>		

## ii) Análise de sensibilidade-risco taxa de juros

A Companhia conduziu análise de sensibilidade utilizando o cenário provável e desvalorizações das taxas de juros de 25% (Cenário I) e 50% (Cenário II). Convém ressaltar que o cenário provável já se encontra refletido nas demonstrações financeiras da Companhia.

Controladora

	Exposição 31/12/2025	Taxa	%	Baixa		Alta	
				-25%	-50%	25%	50%
<u>Ativos indexados</u>							
Aplicações financeiras	152.074	CDI	14,90%	146.409	140.744	157.739	163.404
<u>Passivos indexados</u>							
Empréstimos e financiamentos	(857.544)	CDI	14,90%	(825.600)	(793.657)	(889.488)	(921.431)
Efeito líquido	<u>(705.470)</u>			<u>(679.191)</u>	<u>(652.913)</u>	<u>(731.749)</u>	<u>(758.027)</u>

Consolidado

	Exposição 31/12/2025	Taxa	%	Baixa		Alta	
				-25%	-50%	25%	50%
<u>Ativos indexados</u>							
Aplicações financeiras	243.709	CDI	14,90%	234.631	225.553	252.787	261.865
<u>Passivos indexados</u>							
Empréstimos e financiamentos	(1.007.487)	CDI	14,90%	(969.958)	(932.429)	(1.045.016)	(1.082.545)
Efeito líquido	<u>(763.778)</u>			<u>(735.327)</u>	<u>(706.876)</u>	<u>(792.229)</u>	<u>(820.680)</u>

## iii) Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos

A Companhia conduziu análise de sensibilidade utilizando o cenário provável e desvalorizações cambiais de 25% (Cenário I) e 50% (Cenário II). Convém ressaltar que o cenário provável já se encontra refletido nas demonstrações financeiras da Companhia.

Controladora

Cotação em 31/12/2024 - R\$5,5024

	Exposição 31/12/2025	Baixa		Alta	
		-25%	-50%	25%	50%
Cotação do dólar	5,5024	4,1268	2,7512	6,8780	8,2536
"Hedge/NDF's"	(894)	(671)	(447)	(1.118)	(1.341)
	<u>(894)</u>	<u>(671)</u>	<u>(447)</u>	<u>(1.118)</u>	<u>(1.341)</u>

Consolidado

Cotação em 31/12/2025 - R\$5,5024	Exposição 31/12/2025	Baixa				Alta	
		-25%		-50%		25%	50%
Cotação do dólar	5,5024	4,1268	2,7512	6,8780	8,2536		
"Hedge/NDF's"	(2.175)	(1.631)	(1.088)	(2.719)	(3.263)		
	(2.175)	(1.631)	(1.088)	(2.719)	(3.263)		

## 25.4. Hierarquia de valor justo

Para o valor justo, mensurado e reconhecido no balanço, a IFRS 7, equivalente ao pronunciamento técnico CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação, requer a abertura para cada classe de instrumentos financeiros derivativos, bem como o seu valor justo mensurado. Para este fim, o pronunciamento, requer que a Companhia classifique seus instrumentos financeiros derivativos de acordo com as classes demonstradas abaixo, observando a importância e relevância dos "inputs" usados para a mensuração:

- Nível 1: valor justo obtido diretamente por cotações em mercados ativos.
- Nível 2: valor justo obtido pela aplicação de metodologia de cálculo que utilize dados e premissas observáveis em mercado ativo.
- Nível 3: valor justo obtido pela aplicação de metodologia de cálculo que utilize dados e premissas geradas internamente na Companhia.

A Companhia evidencia a seguir, os seus respectivos instrumentos financeiros mensurados a valor justo, bem como suas classificações nos níveis supracitados:

Em 31 dezembro 2024

Controladora	Nota explicativa	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
<u>Instrumentos financeiros</u>					
Ativos:					
Contratos futuros	6	-	-	264.967	264.967
Total dos ativos		-	-	264.967	264.967
Passivos:					
NDFs	25.5	-	894	-	894
Total dos passivos		-	894	-	894
Consolidado	Nota explicativa	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
<u>Instrumentos financeiros</u>					
Ativos:					
Contratos futuros	6	-	-	295.991	295.991
Total dos ativos		-	-	295.991	295.991
Passivos:					
NDFs	25.5	-	2.175	-	2.175
Total dos Passivos		-	2.175	-	2.175

<u>Em 31 dezembro 2024</u>					
<u>Controladora</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>Nível 1</u>	<u>Nível 2</u>	<u>Nível 3</u>	<u>Total</u>
<u>Instrumentos financeiros</u>					
Ativos:					
Contratos futuros	6	-	-	154.448	154.448
NDFs	25.5	-	40.872	-	40.872
Total		<u>-</u>	<u>40.872</u>	<u>154.448</u>	<u>195.320</u>
<u>Consolidado</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>Nível 1</u>	<u>Nível 2</u>	<u>Nível 3</u>	<u>Total</u>
<u>Instrumentos financeiros</u>					
Ativos:					
Contratos futuros	6	-	-	172.902	172.902
NDFs	25.5	-	67.695	-	67.695
Total dos ativos		<u>-</u>	<u>67.695</u>	<u>172.902</u>	<u>240.597</u>

Os instrumentos financeiros, mensurados a valor justo, da Companhia e de sua controlada são agrupados no Nível 2 e Nível 3.

O valor justo do nível 3 é estimado usando informações sobre preços de mercados menos ativos. Para mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos, são utilizados tanto inputs oriundos de mercados observáveis como não observáveis. Qualificam-se nesse nível os contratos de compra e venda de fertilizantes (commodities), contratos futuros, que são mensurados ao valor justo, mediante utilização de dados de mercado na data de apuração, referentes aos componentes que formam os preços de negociação destas operações.

#### 25.5. Instrumentos financeiros derivativos– NDF e Swap

Os instrumentos financeiros derivativos têm o propósito de proteger suas operações contra os riscos de flutuação na taxa de câmbio e não são utilizados para fins especulativos.

##### Controladora

	<u>31/12/2025</u>			<u>31/12/2024</u>		
	<u>Valor nocional</u>		<u>Valor justo</u>	<u>Valor nocional</u>		<u>Valor justo</u>
	<u>US\$</u>	<u>R\$</u>		<u>US\$</u>	<u>R\$</u>	
NDFs	130.000	702.771	(894)	119.000	702.784	40.872
Total ativo (passivo)			<u>(894)</u>			<u>40.872</u>

<u>Consolidado</u>	31/12/2025			31/12/2024		
	Valor nocional		Valor justo	Valor nocional		Valor justo
	US\$	R\$		US\$	R\$	
NDFs	210.000	1.137.089	(2.175)	201.000	1.190.740	67.695
Total ativo (passivo)			<u>(2.175)</u>			<u>67.695</u>

As perdas e os ganhos com as operações com derivativos são reconhecidos mensalmente no resultado do exercício, considerando o valor justo desses instrumentos.

#### Ganhos (perdas) com instrumentos financeiros derivativos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Marcação a mercado de NDFs	163.418	54.033	237.740	95.755
Perdas (ganhos) realizados líquidos de NDFs	<u>(205.184)</u>	<u>71.318</u>	<u>(307.608)</u>	<u>135.488</u>
	<u>(41.766)</u>	<u>125.351</u>	<u>(69.868)</u>	<u>231.243</u>

## 26. SEGUROS

Abaixo demonstramos os seguros atualmente contratados pela Companhia, assim como sua cobertura:

<u>Risco</u>	<u>Cobertura</u>	<u>Vencimento</u>
Risco operacional	R\$80.000	28/06/2026
Responsabilidade civil	R\$10.100	30/04/2026
D&O	R\$28.000	30/04/2026
Transporte internacional	US\$30.000	31/08/2026
Seguro garantia	R\$2.711	25/09/2030

## 27. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM O CAIXA

### Resumo das transações que não afetaram o caixa em 2025

- Constituição de ajuste a valor presente entre a rubrica "estoques" e a rubrica "Partes relacionadas", no montante de R\$193.356 (controladora) e R\$322.447 (consolidado).

### Resumo das transações que não afetaram o caixa em 2024

- Constituição de ajuste a valor presente entre a rubrica "estoques" e a rubrica "Partes relacionadas", no montante de R\$136.787 (controladora) e R\$228.520 (consolidado).

## 28. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Os membros da Administração da Companhia examinaram o conjunto das demonstrações financeiras, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, e concluíram que as referidas demonstrações financeiras traduzem com propriedade sua posição patrimonial e financeira e as aprovam em 20 de março de 2026.